

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DO JUIZADO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX/DF**

**Autos nº XXXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, oferecer as suas

**ALEGAÇÕES FINAIS,**

com fulcro no artigo 403, §3º, do Código de Processo Penal, o que o faz nos seguintes termos.

**1. RESUMO DO FEITO**

Trata-se de ação penal promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em desfavor de **FULANO DE TAL**, a quem foi imputada a prática das infrações descritas no artigo 21 do Decreto-Lei n. 3.688/1941 e no artigo 163, § único, inciso I, do Código Penal.

Segundo consta da denúncia, o acusado, no dia XX/XX/XXXX, por volta de XXhXX, na ENDEREÇO - XXXXXX/DF, teria praticado vias de fato contra a sua companheira e, nas mesmas circunstâncias, deteriorou o aparelho celular da vítima.

O acusado foi citado (fl. X) e apresentou resposta escrita, por meio da Defensoria Pública (fl. X).

Na audiência de instrução e julgamento, foi inquirida a vítima e, em seguida, o réu foi interrogado (fls. XX).

O Ministério Público apresentou alegações finais às fls. XX, pugnando pela condenação do réu nos termos da denúncia.

Vieram então os autos à Defensoria Pública, para apresentação das alegações finais.

É resumo do processo.

## **2. DO EXCESSO DE ACUSAÇÃO E DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO *NE BIS IN IDEM***

O Ministério Público ofereceu denúncia imputando ao acusado a prática de vias de fato e de dano qualificado pela violência contra a pessoa.

**Ocorre que a peça acusatória narra apenas uma única agressão supostamente cometida pelo acusado, qual seja, um “soco” da boca da vítima.** À luz da própria narrativa do *Parquet*, não se admite que a suposta agressão seja valorada duplamente, uma vez para caracterizar a contravenção penal e, outra vez, para qualificar o delito de dano, configurando odioso *bis in idem*.

Em conformidade com o entendimento da doutrina mais abalizada sobre o tema, amplamente corroborada pela posição dos Tribunais Pátrios, além da mezinha noção de *ne bis in idem*, segundo a qual ninguém pode ser processado duas vezes pelo mesmo fato, veda-se também nova valoração de qualquer circunstância que já tenha sido considerada pelo julgador na aplicação da pena. Nesse diapasão, são os escólios da doutrina, *in verbis*:

“Os contornos jurídicos da garantia do *ne bis in idem*, quando analisados dentro do sistema de direito penal mínimo, devem ser entendidos

da maneira mais ampla possível, englobando toda e qualquer duplicidade punitiva a fim de se evitar que, em razão do abuso do ius puniendi, a pena se torne desproporcional”<sup>1</sup>.

Mesmo após a instrução criminal, considerando a confusa versão apresentada pela vítima, a ofendida relatou que o acusado tomou-lhe o telefone celular, jogou-o no chão e, em seguida, ele teria dado “um murro” no rosto dela. **De fato, a única agressão física efetivamente relatada foi o suposto soco na boca da ex-companheira.**

**De fato, a suposta violência não pode ser valorada para fins de qualificar o delito de dano, não somente por violação ao princípio do *ne bis in idem*, mas também pela ausência de comprovação material da suposta agressão. Observe-se que não consta dos autos laudo de IML comprovando a referida violência. Não foi por outra razão, inclusive, que o acusado foi denunciado por vias de fato e não por lesão corporal.**

Como se não bastasse, ainda segundo a versão apresentada pela vítima, o réu **já tinha pegado o celular e quebrado o aparelho** quando desferiu o suposto murro na ofendida. **Ou seja, a melhor definição jurídica dos fatos seria a prática de dano simples seguida da contravenção penal de vias de fato.**

Havendo a desclassificação para o crime de dano simples, impõe-se reconhecer a extinção da punibilidade em razão da decadência. Isso porque, tratando-se de ação penal privada, houve o decurso do prazo de seis meses sem o ajuizamento da pertinente queixa-crime. Não se ignora, contudo, a possibilidade de que o

ressarcimento pelo dano material experimentado seja pleiteado na Seara Cível.

À luz das digressões delineadas, requer a Defesa a imputação jurídica ao acusado apenas da contravenção penal prevista no artigo 21 do Decreto-Lei n. 3.688/1941.

### **3. DA INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA QUANTO AO DELITO DE VIAS DE FATO**

Encerrada a instrução processual, o conjunto probatório produzido nos autos se mostra escasso, não havendo provas suficientes da conduta ilícita imposta ao acusado.

A versão da vítima, a nosso sentir, parece confusa e temerária. A ofendida não relatou nenhuma outra agressão física além do suposto murro, mas admite ter entrado em luta corporal com o réu. Não restou elucidado, pois, se foi a ofendida que deu início às agressões, havendo a possibilidade de lesões recíprocas ou contexto de legítima defesa por parte do acusado.

O réu, em seu interrogatório (fl. 78), admitiu que estava embriagado e que chegou a proferir xingamentos contra a vítima, mas negou agressões físicas. Segundo o acusado, “eu ofendi ela com palavras e ela veio para cima de mim”. Quanto ao telefone celular, afirmou que, durante a desavença, o aparelho caiu no chão e foi danificado.

Conquanto se reconheça que nos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher a palavra da vítima goze de grande relevância, sobrepondo-se inclusive à versão do acusado, não é suficiente a utilização tão somente do depoimento da ofendida para o decreto condenatório.

Como cediço, quem acusa tem que provar e, no âmbito da

Ciência Penal, o *onus probandi* da existência do fato criminoso cabe ao Ministério Público, pois é o deflagrador da ação penal, cabendo-lhe provar em juízo à verossimilhança e procedência de suas afirmações constantes da denúncia.

Em relação ao acusado, polo passivo da relação penal, não bastasse a impossibilidade lógica da prova negativa, sobre ele não pode recair o ônus da prova, uma vez que a Carta Maior lhe assegura no art. 5º, inciso LVII, a presunção de inocência.

Também no campo probatório, é pressuposto inafastável que a prova válida à comprovação de culpabilidade, de demonstração de autoria, é somente a prova judicial, aquela produzida com todas as garantias do devido processo legal, único substrato do qual o julgador pode extrair sua convicção (art. 155 do CPP).

Dentro destas premissas, *in casu*, o que se vê é que a prova ficou restrita ao depoimento precário da vítima, que não foi corroborado por nenhum outro elemento de prova, seja prova pericial ou testemunhal.

Em situações semelhantes, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios entendeu pela absolvição do acusado, confira-se:

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. AMEAÇA. PRELIMINAR DE NULIDADE. REJEITADA. AUTORIA E MATERIALIDADE NÃO COMPROVADAS. NEGATIVA DE AUTORIA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. APLICAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. **1. Ainda que o crime seja cometido em contexto de violência doméstica, em que a palavra da vítima possui especial valor, faz-se necessário que tal palavra seja harmônica e coerente mormente quando confrontada com as demais provas dos**

**autos.** 2. Verificada a insuficiência de provas coligida aos autos e havendo dúvidas sobre a ocorrência da ameaça, viável a aplicação do princípio *in dubio pro reo* e a consequente absolvição do réu. 3. Apelação conhecida e provida.

(TJ-DF 00046974220178070020 DF 0004697-42.2017.8.07.0020, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, Data de Julgamento: 10/06/2021, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 13/06/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Para o juiz proferir um decreto condenatório tem que haver certeza, não podendo haver qualquer dúvida quanto à autoria e materialidade da conduta delitiva.

Dessa forma, a absolvição aqui se impõe como medida de justiça, em homenagem ao princípio *in dubio pro reo*.

#### **4. CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, requer a Defesa Técnica:

a) a correção da imputação penal descrita na denúncia, em observância ao princípio do *ne bis in idem*, devendo constar o crime de dano simples e a contravenção penal de vias de fato;

b) quanto ao delito de dano, o reconhecimento do óbice decadencial, em face do não ajuizamento da queixa-crime por parte da vítima;

c) em relação ao crime de vias de fato, a absolvição do acusado nos termos do artigo 386, inciso VII, do CPP.

Pede deferimento,

XXXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
Defensora Pública do DF